

PLANO INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PIPG)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PROPG

PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO

2021 - 2025



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

REITOR

Alfredo Macedo Gomes

VICE-REITOR

Moacyr Araújo

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Carol Virgínia Góis Leandro

DIRETORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Tereza Cristina Medeiros de Araújo

DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Juliano Manabu Iyoda

Coordenação Administrativa e Financeira

Nívia Carla da Silva de Vasconcelos

Gerência Financeira

Felipe José Ferreira

Secretaria

Patrícia Maciel de Santana Menezes

Assistente de Ensino à Distância (EaD)

Dayse Patrícia Pereira Barbosa

Setor de Apoio à Pós-Graduação

Diogo Moura Dias

Coordenação Geral de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*

Habacuque Rocha Ribeiro de Sousa

Coordenação Geral de Programas Institucionais e Bolsas

Paulo de Tarso Nunes da Mata

Coordenação de Editais

Marcos César de Aquino Soares

Seção de Reconhecimento de Título e Dupla-titulação

Ezaú Monteiro da Silva

Coordenação Geral da Especialização

Zélia de Santana

Coordenação Geral de Residências

Marina Petribu

Seção de Acompanhamento Discente

Seção de Avaliação de Cursos

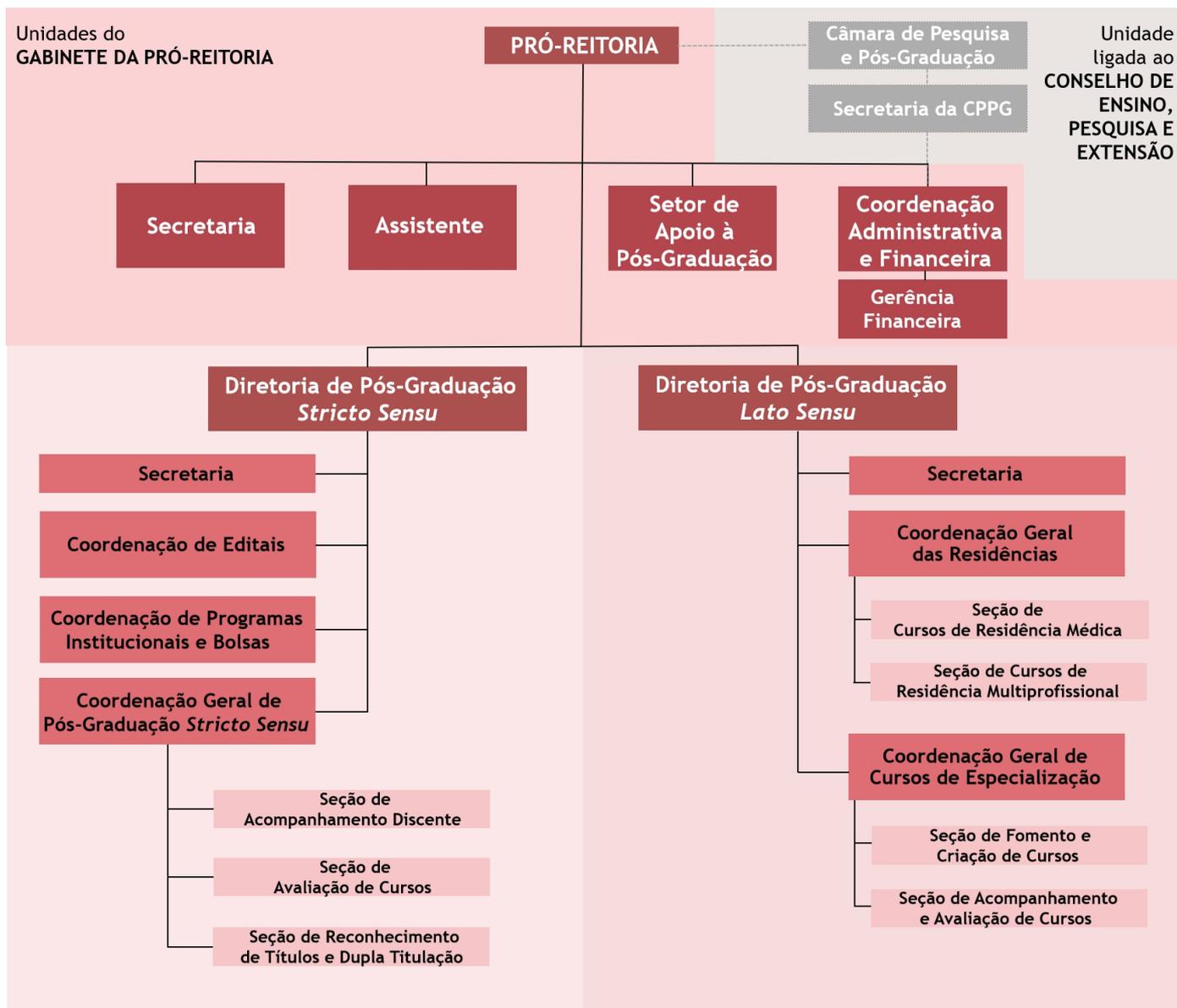
Sirlene Nascimento Lucena

CONTATO

www.ufpe.br/propg

Email: propg@ufpe.br

ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA



APRESENTAÇÃO

A Resolução 02/2020 do Conselho de Administração da UFPE (CONSAD), alterou o Regimento da Reitoria, dividindo a antiga Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) em duas pró-reitorias: a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQI).

A PROPG foi criada em 01 de julho de 2020, Portaria Normativa nº 16 e tem por finalidade o planejamento, a gestão, a supervisão e a avaliação das políticas de pós-graduação, garantindo a qualidade do ensino de forma articulada com a graduação, a pesquisa e a extensão. É de sua competência, ainda, zelar pela qualidade de sua estrutura acadêmica, dando suporte ao seu corpo técnico, docente e discente, exercendo assim um forte impacto na formação de recursos humanos competentes para a atuação diversificada em Ciência, Tecnologia e Inovação.

A PROPG tem a responsabilidade de gerenciar o ensino de pós-graduação que abrange o *Stricto Sensu* e o *Lato Sensu*. A PROPG gerencia 149 cursos de mestrado e doutorado, distribuídos em 95 programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. No total, são 75 mestrados acadêmicos (01 em associação), 54 doutorados (03 em rede e 1 multicêntrico), 17 mestrados profissionais (03 em rede) e 03 doutorados profissionais. Na Pós-Graduação *Lato Sensu*, a PROPG coordena os cursos de especialização e os programas de residências médicas, enfermagem, nutrição e multiprofissionais. O objetivo é a formação e o aprimoramento de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento.

O presente Plano Institucional de Pós-graduação (PIPG-UFPE) está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE e tem como missão introduzir o princípio da avaliação sistemática e acompanhamento das atividades de pós-graduação, com ações e metas para o crescimento e o desenvolvimento da pós-graduação na UFPE, na formação de pessoal para atuar no setor público e privado em consonância com os interesses da sociedade e considerando as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Pós-graduação da CAPES e no Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O PIPG-UFPE tem como objetivos: 1 - promover a qualidade, diminuir a endogenia e reduzir as assimetrias da pós-graduação; 2 - incentivar a integração entre os PPGs a partir de projetos de pesquisa institucionais no âmbito da temática sustentabilidade; 3- implementar o sistema de autoavaliação e planejamento estratégico nos PPGs; 4 - criar mecanismos de indução estratégica para expansão da pós-graduação alinhada com a Agenda Institucional de Pós-Graduação com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); 5 - incentivar ações de proximidade com a educação básica e as demandas sociais; 6 - incentivar projetos de inovação e transferência de conhecimento; 7 - incentivar ações de internacionalização.

O PIPG foi elaborado em duas partes:

- 1) Situação atual da Pós-Graduação da UFPE, diretrizes e ações para crescimento;
- 2) Planejamento Estratégico.

O PIPG está organizado em 5 eixos: 1 - redução das assimetrias; 2 - elaboração da agenda institucional de pesquisa na pós-graduação associada a temática da sustentabilidade; 3 - internacionalização; 4 - multi e interdisciplinaridade; 5 - integração da pós-graduação com a educação básica (ensino médio).

SUMÁRIO

Apresentação	3
Parte I	6
Situação da pós-graduação da UFPE	7
A Pós-graduação da UFPE e os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs)	7
Diagnóstico da Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFPE	9
Histórico da Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> : especialização e residências	17
Diagnóstico da Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> da UFPE	18
Residência Tecnológica	20
Diretrizes	21
Interação com a Educação Básica	22
Redução das assimetrias	22
Internacionalização	22
Inter e multidisciplinaridade	23
Indução estratégica e a Agenda Institucional de Pós-graduação	23
Ações para o crescimento da pós-graduação na UFPE	26
Impacto na Sociedade	28
Inovação e Transferência de Conhecimento	29
Implantação de políticas de ações afirmativas na pós-graduação	30
Política de incentivo aos novos docentes para entrada em programas de pós-graduação	30
Criação de Secretarias Gerais de Pós-Graduação em cada Centro Acadêmico da UFPE	30
Criação de novos Programas de Pós-graduação e Cursos de Especialização	31
PARTE II	32
Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE (2019 - 2023)	33
Plano Estratégico da Pós-graduação da UFPE (2021 - 2025)	37

PARTE I

- Situação atual da Pós-Graduação da UFPE
- Diretrizes e Projeções para crescimento

▪ SITUAÇÃO ATUAL DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE

A Pós-graduação da UFPE e os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs)

Stricto Sensu

A Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil teve início em 1930 com iniciativas isoladas. Em 1951, foram criados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Entretanto, somente em 1965, as ações de pós-graduação brasileiras foram efetivamente reconhecidas como um novo nível de ensino a partir da emissão do Parecer 977/65 pelo Conselho Federal de Educação (CFE)⁽¹⁾, que trouxe o formato institucional da pós-graduação diferenciando as modalidades *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) e *Lato Sensu* (especialização).

Em 1966, foi criado o primeiro curso de pós-graduação em educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Os primeiros cursos de Pós-graduação (nível mestrado) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) surgiram em 1967: Economia, Matemática, Sociologia e Bioquímica. Em 1969, teve início a pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1969. A seguir, criam-se programas na Universidade de São Paulo (USP) - 1971, na Universidade Federal Fluminense (UFF) - 1971, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - 1972, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) - 1972, na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) - 1972, na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), e, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) em 1974, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - 1975, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - 1976, em 1977 na Federal do Ceará (UFC) e na da Paraíba (UFPB). Em 1978, na Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)⁽²⁾. O primeiro curso de doutorado da UFPE foi em Física no ano de 1978.

O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) lançou o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) em 1975 que teve como objetivo formar especialistas - docentes, pesquisadores e quadros técnicos - para o sistema universitário, o setor público e o segmento industrial. O plano previa ações em quatro anos (1975 - 1979). O segundo PNPG (1982 - 1985) focou na qualidade das atividades da Pós-Graduação, tendo como instrumento a

avaliação, que já existia em estado embrionário desde 1976 e que seria então aperfeiçoada e institucionalizada. No terceiro PNPG (1986 - 1989), a Pós-Graduação brasileira sofre os influxos da Nova República e subordina suas atividades ao desenvolvimento econômico do país, mediante a integração das atividades ao Sistema Nacional de Ciência e de Tecnologia. O quarto PNPG (1990 - 2002), traz ênfase na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional do SNPG. No quinto PNPG (2005 - 2010), foram previstas ações para o crescimento na Pós-graduação como indução estratégica e associação com as fundações estaduais e os fundos setoriais, aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação (conceito de nucleação, revisão do Qualis e implantação do PROEX), solidariedade entre os cursos e seu impacto social, expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, bem como de quadros técnicos via mestrado e doutorado profissional para os setores público e privado.

No final de 2010, foi lançado o 6º PNPG (2011-2020)⁽³⁾, cujos principais pontos de destaque foram: auto avaliação institucional da Pós-Graduação; impacto no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional; modelo único de avaliação (multidimensional); produções indicadas (mais relevantes); relevância social; acompanhamento de egressos; balanço entre indicadores qualitativos e quantitativos; mudanças no Qualis; internacionalização e inovação ⁽⁴⁾.

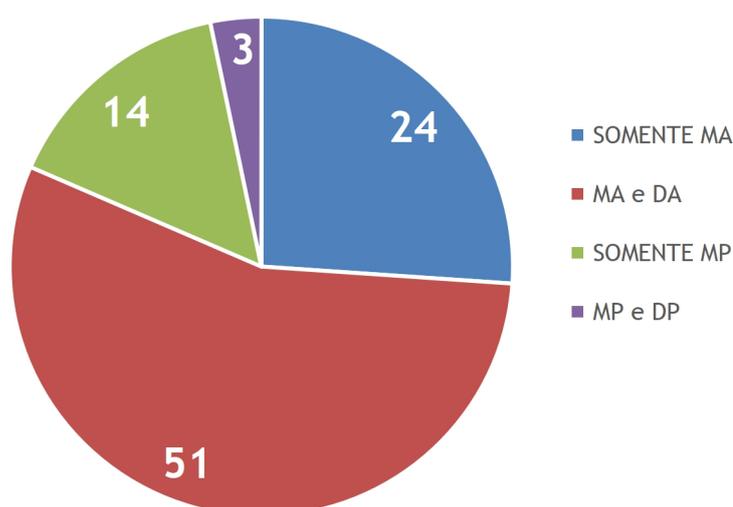
A UFPE acompanhou o processo de crescimento da Pós-Graduação brasileira com base nos PNPGs. No primeiro PNPG, tivemos a criação de vários cursos de mestrado contemplando diversas áreas do conhecimento. No período do segundo e terceiro PNPGs, a UFPE aprovou os cursos de Doutorado em Economia e Matemática. O quarto PNPG não existiu de direito, mas permaneceu de fato, tendo suas diretrizes adotadas pela CAPES. Este foi o período de maior expansão da Pós-graduação da UFPE com aprovação de 25 cursos de doutorado nas mais diversas áreas do conhecimento. Um destaque especial foi a criação dos cursos de mestrado

nos Centros Acadêmicos de Vitória (CAV) e Caruaru (CAA) e de três mestrados profissionais: Engenharia de Produção (2000), Economia (2001) e Educação Básica (2001). No período do quinto PNPG, a UFPE aprovou mais 11 cursos de mestrado, 12 cursos de doutorado e um mestrado profissional em Administração (2010). A internacionalização também foi um marco importante na UFPE durante o quinto PNPG, mas se consolidou de fato com a aprovação no Programa Institucional Capes/Print e com os editais de Professor Visitante Estrangeiro.

O período do sexto PNPG marcou a expansão dos cursos de mestrado profissional na UFPE, com a criação de 14 novos cursos. Neste período, a UFPE aprovou seu primeiro curso de Doutorado Profissional em Gestão e Economia da Saúde (2012). Em 2020, foram aprovados mais 2 cursos de Doutorado Profissional; Ciência da Computação e Engenharia de Produção. Também em 2020, foram aprovados os primeiros cursos de Doutorado nos Centros do interior: Educação Contemporânea no CAA e o Programa Multicêntrico em Ciências Fisiológicas no CAV.

Diagnóstico da Pós-graduação *Stricto Sensu* da UFPE

A Figura 1 apresenta o número de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* nos diferentes Centros da UFPE. Há uma assimetria no número de cursos de mestrado e doutorado entre os diferentes centros. Dos 13 centros da UFPE, 9 apresentam mestrado profissional. Apenas três centros apresentam mestrado e doutorado profissional (CCSA, CIN e CTG). É preocupante o número de cursos com apenas mestrado acadêmico (n = 24), estando a maioria concentrados no CCS e CAA.



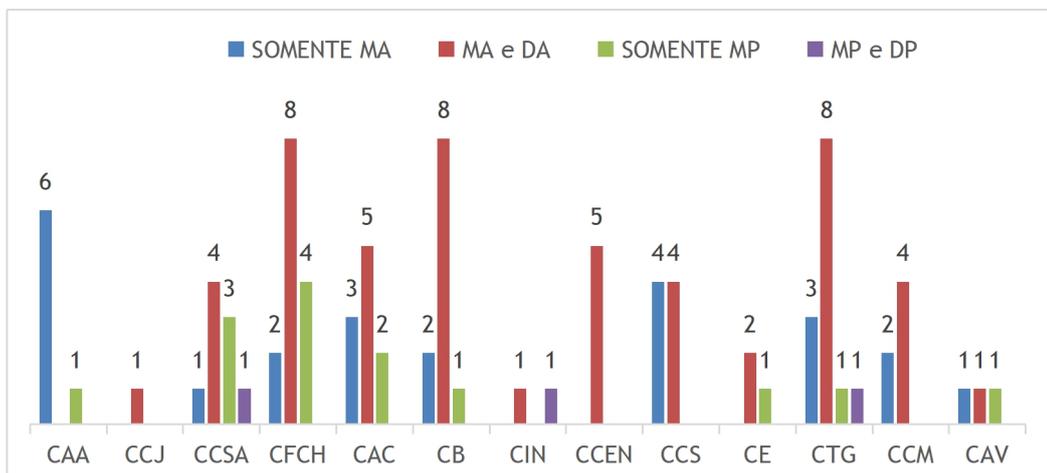


Figura 1. Distribuição dos PPGs da UFPE por Centro. CAA = Centro Acadêmico de Caruaru; CCJ = Centro de Ciências Jurídicas; CCSA = Centro de Ciências Sociais e Aplicadas; CFCH = Centro de Filosofia e Ciências Humanas; CAC = Centro de Artes e Comunicação; CB = Centro de Biociência; CIN = Centro de Informática; CCEN = Centro de Ciências Exatas e da Natureza; CCS = Centro de Ciências da Saúde; CE = Centro de Educação; CTG = Centro de Tecnologia e Geociência; CCM = Centro de Ciências Médicas; CAV = Centro Acadêmico de Vitória. MA = mestrado acadêmico; DA = Doutorado Acadêmico; MP = mestrado profissional; DP = Doutorado Profissional.

Os diferentes cursos de Pós-graduação da UFPE e os seus respectivos conceitos CAPES são apresentados na Tabela 1. O número de mestrados e doutorados acadêmicos com conceitos 3 e 4 são predominantes.

Tabela 1. Número de cursos de Pós-graduação da UFPE e o conceito atribuído na avaliação quadrienal (2013 - 2016)

Curso	Conceito CAPES (2013 - 2016)	Número
Mestrados Acadêmicos	3	17
Mestrados Profissionais	3	5
Mestrados Profissionais	4	7
Mestrados/Doutorados Profissionais	4	2
Mestrados/Doutorados Acadêmicos	4	25
Mestrados/Doutorados Profissionais	5	1
Mestrados/Doutorados Acadêmicos	5	21
Mestrados/Doutorados Acadêmicos	6	6
Mestrados/Doutorados Acadêmicos	7	3
Cursos recém-aprovados	A	6

A distribuição dos PPGs da UFPE por área de conhecimento da CAPES é apresentada na Figura 2. A UFPE apresenta 64% dos seus PPGs com nota 3 e 4 (64%) e grande parte está presente na área de Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Engenharias e Multidisciplinar. Apenas 9% dos PPGs da UFPE são considerados de excelência (conceitos 6 e 7) e estão na área de ciências humanas e exatas e da natureza.

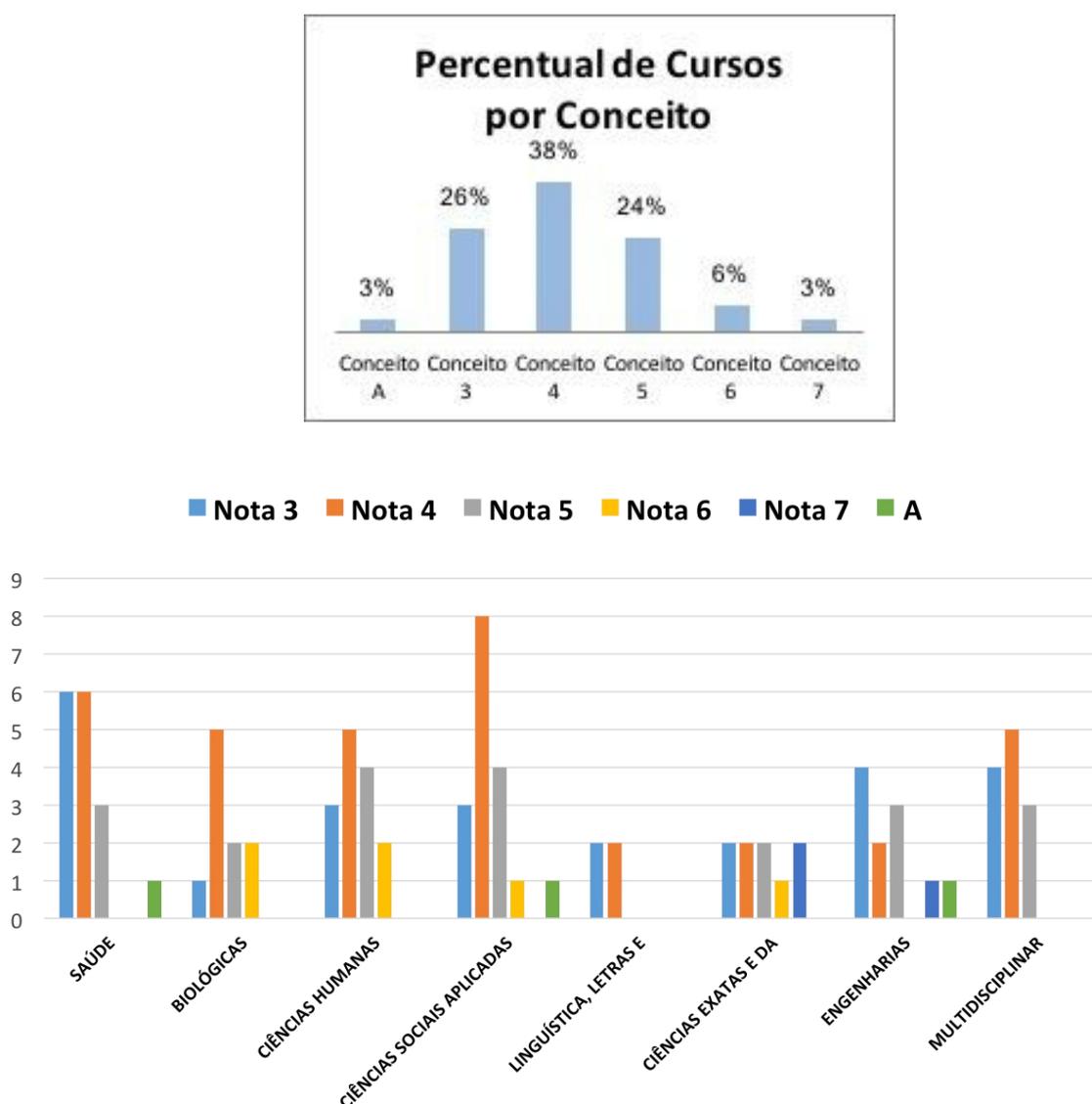


Figura 2. Percentual de PPGs em cada conceito CAPES (avaliação 2013-2016) e número de PPGs da UFPE por área de conhecimento da CAPES.

A UFPE possui Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em todas as grandes áreas de conhecimento da CAPES, exceto Ciências Agrárias (Tabela 2).

Tabela 2. Número (entre parênteses) de PPGs da UFPE em cada uma das 9 grandes áreas da CAPES e suas respectivas subáreas.

Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes	Ciências Exatas e da Natureza	Engenharias	Multidisciplinar
Ciências dos Alimentos (0)	Biodiversidade (4)	Educação Física-FonoTO (3)	Antropologia (2)	Administração e turismo (6)	Artes (2)	Astronomia/física (2)	Engenharia I (2)	Biotecnologia (2)
Ciências Agrárias (0)	Ciências Biológicas I (4)	Enfermagem (1)	Ciências Políticas (2)	Arquitetura, Urbanismo Design (2)	Linguística e literatura (2)	Ciência da computação (2)	Engenharia II (2)	Ciências Ambientais (4)
Medicina Veterinária (0)	Ciências Biológicas II (3)	Farmácia (3)	Ciências da Religião (0)	Comunicação e informação (2)		Geociências (2)	Engenharia III (5)	Ensino (2)
Zootecnia/ Recursos Pesqueiros (0)	Ciências Biológicas III (0)	Medicina I (0)	Educação (3)	Direito (1)		Matemática /estatística (2)	Engenharia IV (2)	Interdisciplinar (3)
		Medicina II (4)	Filosofia (2)	Economia (3)		Química (1)		Materiais (0)
		Medicina III (1)	Geografia (2)	Plan Urbano e Regional (1)				
		Nutrição (2)	História (2)	Serviço Social (1)				
		Odontologia (1)	Psicologia (2)					
		Saúde Coletiva (1)	Sociologia (1)					
0	11	16	16	16	4	10	11	11

Em algumas subáreas dentro da mesma grande área, a UFPE apresenta mais de um PPG (Tabela 3).

Tabela 3. Programas de Pós-graduação da UFPE em cada subárea e grande área de conhecimento da CAPES com o respectivo conceito (avaliação 2013 - 2016)

Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Ciências da Saúde	Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional	Educação Física	3
		Fisioterapia	3
		Saúde da Comunicação Humana	3
	Farmácia	Inovação Terapêutica	5
		Ciências Farmacêuticas	4
		Nanotecnologia Farmacêutica (REDE)	4
	Medicina II	Medicina Tropical	5
		Saúde da Criança e do Adolescente	3
		Saúde Translacional	A
		Neuropsiquiatria e Ciência do Comportamento	4
	Nutrição	Nutrição	5
		Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica (CAV)	3
	Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	3
	Medicina III	Cirurgia	4
	Enfermagem	Enfermagem	4
	Odontologia	Odontologia	4
Total = 16 cursos			

Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Ciências Biológicas	Biodiversidade	Biologia Animal	6
		Biologia Vegetal	6
		Biologia de Fungos	4
		Oceanografia	5
	Ciências Biológicas I	Biologia Aplicada à Saúde	4
		Ciências Biológicas	5
		Ensino de Biologia (PROFBIO) (CAA)	4
		Genética	4
	Ciências Biológicas II	Bioquímica e Fisiologia	4
		Morfotecnologia	3
		Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	A
Total = 11 cursos			
Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Ciências Humanas	Antropologia/Arqueologia	Antropologia	5
		Arqueologia	5
	Geografia	Geografia	5
		Ensino de Geografia - PROF	A
	Ciências Políticas e Relações Internacionais	Ciência Política	6
		Políticas Públicas	3
	Sociologia	Sociologia	6
	Educação	Educação	5
		Educação Contemporânea (CAA)	4
		Educação Básica - PROF	A
	Filosofia	Filosofia	3
		Filosofia - PROF	3
	História	Ensino de História - PROF	4
		História	4
	Psicologia	Psicologia	4
		Psicologia Cognitiva	4
Total = 16 cursos			
Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Ciências Sociais Aplicadas	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Administração (MDA)	3
		Administração (PROPAD)	4
		Ciências Contábeis	4
		Gestão, Inovação e Consumo (CAA)	A
		Hotelaria e Turismo	3
		Propriedade Intelectual e transferência de tecnologia para Inovação	4
		Design	4
	Arquitetura, Urbanismo e Design	Ergonomia (profissional)	4
		Comunicação e Informação	Ciência da Informação
	Comunicação		5
	Economia	Economia (CAA)	4
		Economia (PIMES)	4
		Gestão em Economia da Saúde	5
	Direito	Direito	4

	Planejamento Urbano e Regional/demografia	Desenvolvimento Urbano	5
	Serviço Social	Serviço Social	6
	Total = 16 cursos		
Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Ciências Exatas e da Natureza	Astronomia/Física	Ensino de Física (CAA)	3
		Física	7
	Materiais	Ciências de Materiais	5
	Ciência da Computação	Ciência da Computação (PROF)	4
		Ciência da Computação	7
	Química	Química	6
	Matemática/probabilidade estatística	Matemática	5
		Estatística	5
	Geociências	Ciências Geodésicas e Tecnologia da Geoinformação	3
		Geociências	4
	Total = 10 cursos		
Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Engenharias	Engenharia I	Engenharia Civil	5
		Engenharia Civil e Ambiental (CAA)	3
	Engenharia II	Engenharia Química	4
		Tecnologias Energéticas Nucleares	5
	Engenharia III	Engenharia de Produção (CAA)	3
		Engenharia de Produção	7
		Engenharia de Produção (PROF)	4/A
		Engenharia Mecânica	3
		Engenharia Aeroespacial	A
	Engenharia IV	Engenharia Biomédica	3
Engenharia elétrica		5	
	Total = 11 cursos		
Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Multidisciplinar	Biotecnologia	Biotecnologia	4
		Biotecnologia - Renorbio	5
	Ciências Ambientais	Desenvolvimento e Meio Ambiente - Mestrado	5
		Desenvolvimento e Meio Ambiente - Doutorado	5
		Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB)	4
		Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFÁgua)	4
		Direitos Humanos	3
	Interdisciplinar	Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste	3
		Gerontologia	3
		Ensino	Educação em Ciências da Matemática (CAA)
Educação Matemática e Tecnológica	4		
	Total = 11 cursos		

Grande área	Subárea	Cursos	Conceito
Linguística, Letras e Artes	Artes	Artes Visuais (Associação)	3
		Música	3
	Linguística e Literatura	Letras	4
		Letras - PROF	4
	Total = 4 cursos		

Atualmente, a UFPE possui 2575 docentes e destes, 1470 estão engajados em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. A pós-graduação da UFPE também comporta 102 docentes externos. Em 2020, foram contabilizados 8.244 discentes ativos e matriculados em cursos de pós-graduação dentre mestrandos e doutorandos. Destes, apenas 45 estudantes são estrangeiros. No ano de 2020, a UFPE formou 1759 pós-graduandos entre mestres e doutores nas diversas áreas do conhecimento.

A UFPE participa do programa de bolsas de mestrado e doutorado do tipo demanda social (DS) da CAPES, bolsas da FACEPE e do CNPq. Além de também participar de outros programas institucionais com empresas e iniciativa privada para bolsas de pós-graduação. A UFPE participa do programa de bolsas de doutorado sanduíche no exterior (PDSE) e do programa PEC-PG que permite a vinda de estudantes estrangeiros para realizar mestrado e doutorado nos PPGs. Em termos de programas institucionais, a UFPE participa do Print/CAPES que permite a mobilidade acadêmica com instituições estrangeiras, assim como a ida de docentes e discentes para realizar missões em outros laboratórios internacionais. Em 2020, a resolução que trata do processo de cotutela (dupla e múltipla titulação) foi revisada para agilizar o fluxo e estimular os PPGs a incentivar a parceria de formação discente em colaboração com outras instituições do exterior.

Ainda sobre as ações de internacionalização, a UFPE mantém o Edital de Pesquisador Visitante que permite a permanência de pesquisadores de grande projeção internacional nos PPGs. Com estas iniciativas, a UFPE é uma das instituições de referência em termos de internacionalização da pós-graduação.

Muitos projetos de pesquisa realizados pelos PPGs da UFPE têm sido reconhecidos pelo impacto social. É de ressalva o convênio estabelecido com a Associação Municipalista do Estado de Pernambuco (AMUPE) que

possibilita a realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão para os municípios do estado. Da mesma forma, a divulgação científica de projetos de pesquisa e inovação tem crescido na pós-graduação. A exemplo, a UFPE registrou cerca de 90 projetos e ações de pesquisa com a temática COVID-19 com publicações de artigos científicos e produtos técnicos, reforçando ainda mais o compromisso com a sociedade e a produção e transferência de conhecimento.

Histórico da Pós-graduação *Lato Sensu*: especialização e residências

Lato Sensu

A conjuntura política nacional e internacional para o mercado de trabalho aliada ao processo de globalização suscitou a capacitação técnico-profissional em nível de especialização. Nos anos 90, os cursos de pós-graduação na modalidade *Lato Sensu* tiveram grande ascensão. Esse processo foi facilitado a partir de 1995 pela decisão do governo em dar flexibilidade às normas para criação de cursos de especialização em instituições de nível superior (centros universitários ou instituições isoladas)⁽⁵⁾.

A qualidade e os mecanismos de acompanhamento dos cursos de pós-graduação foram estabelecidos nos marcos regulatórios do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2005-2010 (BRASIL/MEC/CAPES, 2005). Como um de seus objetivos fundamentais, o Plano dispõe que os cursos de especialização façam parte do sistema de pós-graduação⁽⁵⁾. O objetivo é que esta modalidade de pós-graduação seja expandida, compreendendo a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado (incluindo-se aqui a capacitação de professores para os níveis básico e superior de ensino), além da formação de técnicos e pesquisadores⁽⁵⁾.

Os cursos de pós-graduação foram regulamentados pelo Parecer nº 977/1965 da CAPES, que os qualificou como pós-graduação *Stricto* e *Lato Sensu*. A partir de então, os cursos *Lato Sensu* passaram a ser regulamentados pela Resolução nº 12 do Ministério da Educação (MEC)/Conselho Nacional de Educação (CNE), de dezembro de 1983. A Resolução trata da formação didático-pedagógica, considerando que a maioria desses cursos destinava-se à formação e atualização de professores do ensino superior. É interessante observar que a pós-graduação *Lato Sensu* esteve sob a supervisão da CAPES até 1991.

A Pós-graduação *Lato Sensu* também inclui as Residências Médica e Multiprofissional em saúde. O Programa de Residência Médica foi formalmente instituído pelo Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, e é uma modalidade de ensino de pós-graduação *Lato Sensu* destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização⁽⁶⁾. O Decreto regulamentou as Residências e criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM)

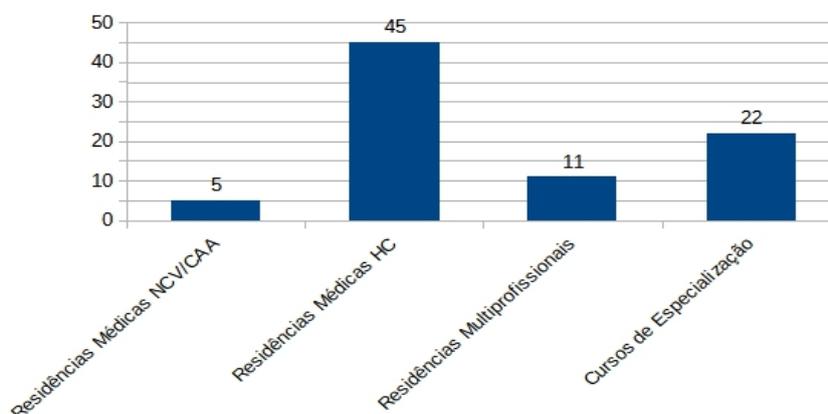
que coordena as ações de residência e é a instância credenciadora dos programas. O credenciamento vale por cinco anos, após este período, a instituição terá de buscar credenciamento, o que supõe avaliação do programa⁽⁶⁾. As Residências Médicas funcionam sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação (preceptoria) de profissionais médicos qualificados.

O Programa da Residência Multiprofissional em Saúde foi apresentado como estratégia de reorientação da atenção básica para os serviços públicos ligados ao SUS, revendo o modelo médico-assistencial⁽⁷⁾. Aparece na lei n.º 11.129/2005, nas proposições que instituem o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) ⁽⁷⁾. Esta residência deve constituir-se como um programa de cooperação intersetorial para possibilitar a inserção qualificada dos profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente no SUS⁽⁷⁾.

O Programa da Residência Multiprofissional em Saúde propõe a formação complementar de profissionais da área de saúde com ações que possibilitem a atenção integral à saúde, particularmente à Atenção Básica ⁽⁷⁾: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional⁽⁷⁾.

Diagnóstico da Pós-graduação *Lato Sensu* da UFPE

O número de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* da UFPE e de residentes em 2020 estão apresentados na Figura 3.



Total de Residentes em 2020: 459

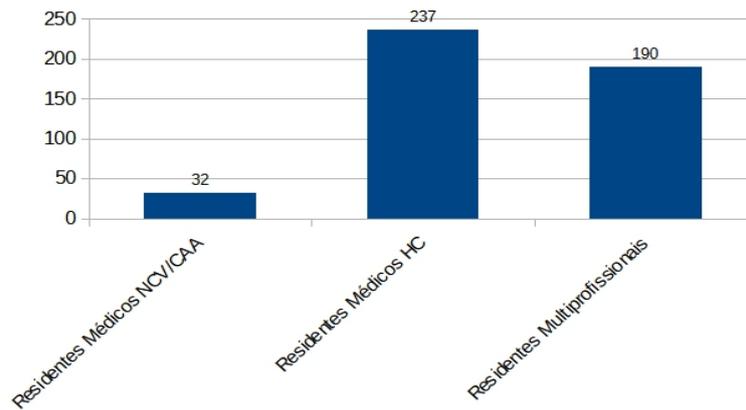


Figura 3. Número de programas e cursos de pós-graduação *Lato Sensu* da UFPE e quantitativo de residentes em 2020.

Em 2020, a UFPE apresentou apenas 22 cursos de especialização com distribuição assimétrica entre os diferentes Centros, com 5 centros não apresentando nenhum curso de especialização (Figura 4).

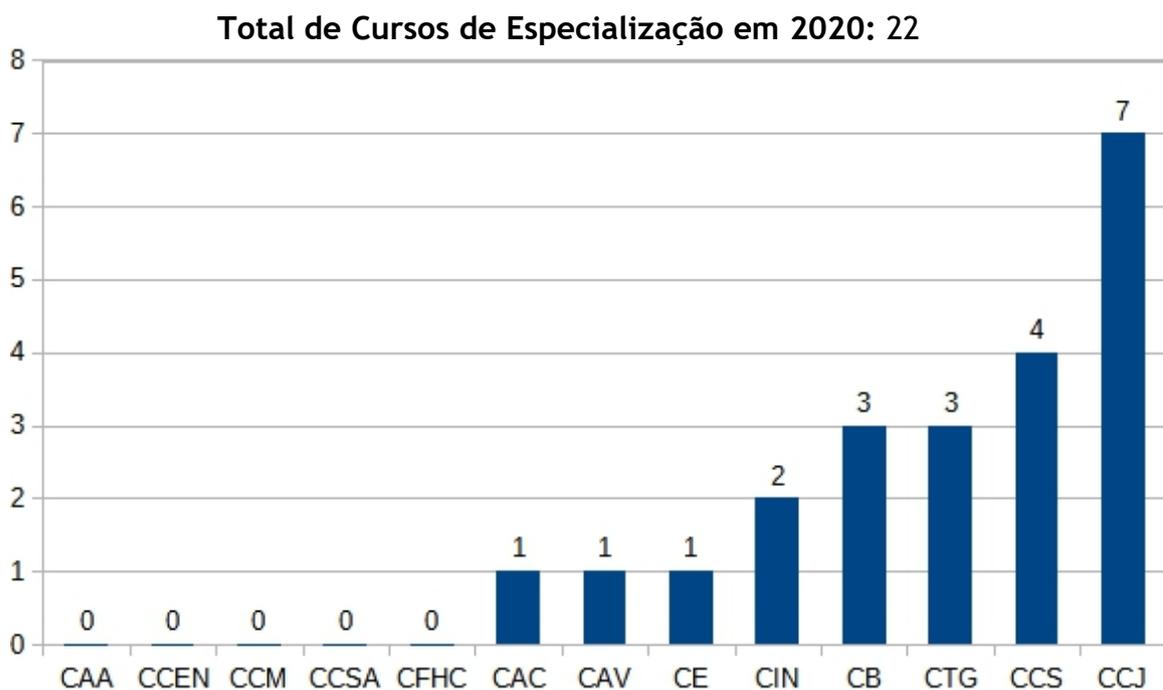


Figura 4. Número de cursos de especialização da UFPE por Centro Acadêmico

Ainda mais preocupante é a análise comparativa dos cursos *Lato Sensu* da UFPE no intervalo de 11 anos (Figura 5). O número de cursos reduziu em todos os Centros, exceto no CAV, CIn e CB, que mantiveram-se inalterados.

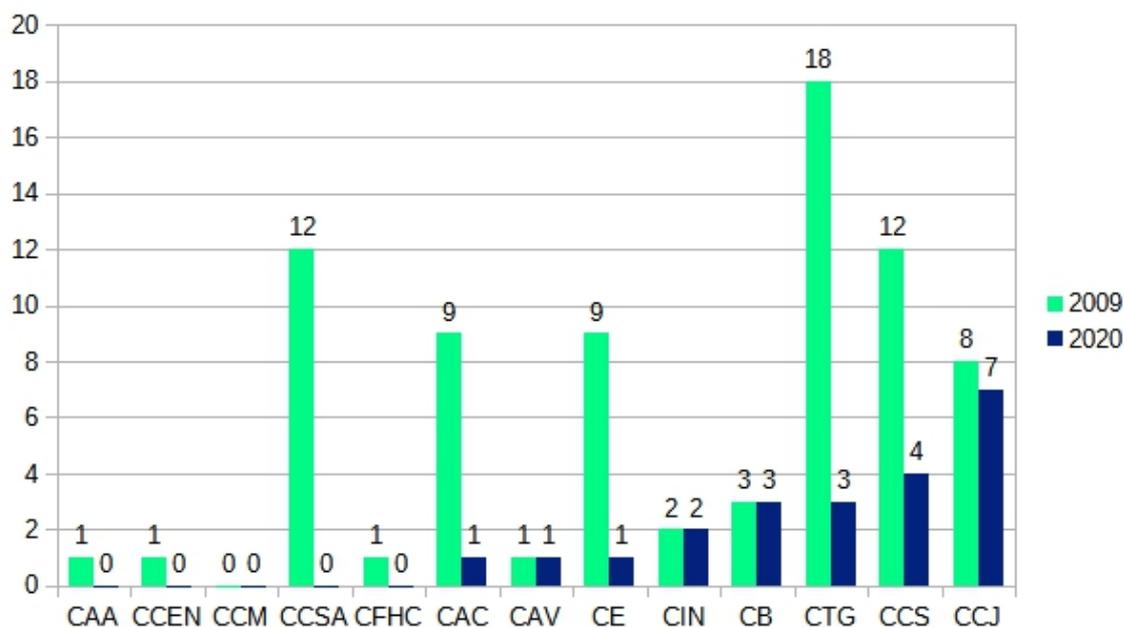


Figura 5. Análise comparativa do número de cursos de especialização da UFPE por Centro Acadêmico.

Residências Tecnológicas

O ano de 2020 foi marcado pelo surgimento de um novo formato de cursos de especialização, em particular o de **Residência em Software**, idealizado pelo Centro de Informática da UFPE. Neste formato, inspirado na residência médica, os alunos ficam imersos em um ambiente acadêmico (de sala de aula) e profissional (fábrica de software ou de testes).

Em 2020, um acordo foi firmado entre a Empresa de Informática do Recife (Emprel) e a UFPE para a realização da primeira turma do Programa de Residência em Desenvolvimento de Software. A proposta é formar 18 profissionais especializados em engenharia de software, utilizando o ambiente profissional da Emprel para a parte prática do curso. Neste programa de especialização *Lato Sensu*, foram disponibilizadas 15 bolsas de estudo no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para os alunos e outras três vagas foram oferecidas sem apoio financeiro, totalizando 18 vagas. E, desde 2002, é realizada a Residência em Software com ênfase em Análise de Testes em parceria com a Motorola. De 2002 a 2018 o curso era um curso Sequencial de Formação Complementar. Desde 2019, o curso tornou-se um curso de pós-graduação *Lato Sensu*.

DIRETRIZES

O PIPG da UFPE foi elaborado a partir de cinco diretrizes:

1. O funcionamento da pós-graduação deve considerar os pressupostos: multidimensional, interdisciplinar, transdisciplinar e a integração com a sociedade;
2. Os cursos de pós-graduação devem ter autonomia, continuidade e responsabilidade social, orientados ao desenvolvimento da produção científica, artística/cultural e tecnológica comprometida com a formação humana, a cultura, a inclusão, o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável;
3. A organização funcional deve conter instâncias de planejamento, avaliação e acompanhamento sistemático;
4. A produção e transferência de conhecimentos e tecnologias para a sociedade deve priorizar o desenvolvimento humano local, regional, nacional e internacional.
5. As ações de internacionalização para a pós-graduação devem ser institucionalizadas.

A partir das diretrizes, o PIPG-UFPE está articulado em cinco eixos como mostra a figura 6.



Figura 6. Eixos do plano institucional de Pós-graduação da UFPE

Interação com a Educação Básica

O PIPG prevê investimento nas pesquisas relativas à formação de professores, à gestão das escolas e à revisão dos currículos tendo em vista as necessidades e os interesses da Educação Básica, principalmente o Ensino Médio em municípios do interior do Estado de Pernambuco. Neste sentido, o número crescente de cursos de Pós-graduação PROF (profissionais) e de especialização e a interação com os municípios irá reforçar a aproximação da Pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* com a educação básica com repercussão direta na transferência de conhecimento para a sociedade.

Redução das assimetrias

Um dos principais pontos da pós-graduação da UFPE é a diferença no número de programas de pós-graduação por centro acadêmico e também onde estão concentrados os conceitos mais altos. Desta forma, um dos mecanismos de ação previstos no PIPG-UFPE para reduzir as assimetrias, é o investimento em cursos de pós-graduação nos Centros Acadêmicos do interior (CAV e CAA), assim como em programas com conceitos 3 e 4 nos Centros Acadêmicos do Recife. As ações envolvem prioridade nos editais de auxílio à pesquisador e publicações, assim como envolvimento em chamadas institucionais para aquisição de novas bolsas de estudo e suporte à infraestrutura de laboratórios.

Internacionalização

A internacionalização da pós-graduação contribui para que o país possa ter um posicionamento global, e com isso ter uma competição geopolítica e comercial, facilitando futuras alianças globais. O PIPG-UFPE prevê investimento em ações de internacionalização de forma que os PPGs, sejam estimulados a atuarem em pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional. O plano prevê que sejam oferecidas condições institucionais específicas de apoio.

Os caminhos para aumentar o nível de internacionalização dos PPGs da UFPE envolve: acordos de cooperações formais; disciplinas em línguas estrangeira; participação em projetos internacionais; incentivo a cotutelas;

estágios no exterior para os discentes; orientação de alunos estrangeiros; sites em língua estrangeira, etc. Há, portanto, um interesse em especial no desenvolvimento de projetos que envolvam países do eixo sul-sul, América Latina e África. A UFPE participa de programas de cooperação com estes países e a perspectiva é que estas colaborações sejam ampliadas e consolidadas.

Inter e multidisciplinaridade

O conceito de inter e multidisciplinaridade refere-se à convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. A multidisciplinaridade agrega áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência⁽³⁾. O PIPG-UFPE irá investir no estímulo a pesquisa inter e transdisciplinar e no processo de revisão das grades curriculares dos PPGs de forma que haja uma maior aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos, especificamente àqueles relacionados aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Neste sentido, algumas ações serão implementadas como disciplinas transversais com temáticas que perpassam todos os cursos de pós-graduação.

Indução estratégica e a Agenda Institucional de Pós-graduação

O PIPG-UFPE tem como ação a integração do ensino de pós-graduação *Stricto* e *Lato Sensu* com o setor empresarial e a sociedade. O mecanismo de **indução estratégica** irá focar na elaboração de uma agenda institucional organizada em torno de temas com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de acordo com a relevância da pesquisa para o estado de Pernambuco e para região Nordeste (Figura 7). Nesta perspectiva, teremos a formação de recursos humanos para atuar no setor público, no setor privado e no terceiro setor.



Figura 7. Interação entre a universidade, o setor público e o setor privado compondo a agenda institucional de pós-graduação com base nos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

A agenda institucional de pós-graduação da UFPE contará com a participação do setor público, do setor privado, da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) e de parcerias internacionais (Figura 8). Em relação ao setor público, a universidade irá fomentar projetos de pesquisa e inovação, institucionalizando projetos para programas tecnológicos e profissionalizantes para formar recursos humanos e estabelecer parcerias e consórcios em nível de pós-graduação para atuar na área de educação, saúde, esportes e segurança.

Em relação ao setor privado, será ampliada a parceria aos programas de Mestrado e Doutorado Acadêmico Industrial (MAI e DAI). Também ampliar a interação com o setor P&D das empresas para desenvolvimento de projetos. A FACEPE e as parcerias internacionais são importantes para fomento quanto às bolsas de mestrado e doutorado e financiamento de projetos estratégicos em convergência com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Em relação às parcerias internacionais, será incentivado uma agenda de fomento, o programa de intercâmbio e dupla titulação, e a rede de cooperação do eixo sul-sul.



Figura 8. Agenda Institucional de Pós-graduação (PG). Parcerias com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia, ao setor público e ao setor privado.

▪ AÇÕES PARA O CRESCIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPE

Para o desenvolvimento da pós-graduação na UFPE, foram identificadas ações que irão compor as atividades previstas anualmente no PIPG:

- 1) *Produção qualificada do corpo docente*: Será incentivada publicação em revistas de impacto, livros e capítulos, produção de patentes e produção técnica, artística e cultural. Os PPGs devem planejar as suas ações de modo a resultar em produtos técnicos, que possam ser transferidos para a sociedade; devem buscar sempre incluir os discentes; visar a diversificação dos produtos e que, na medida do possível, resultem em registro de patentes e a produção de softwares. E ainda, almejar que a produção técnica tenha alcance social na resolução de problemas relevantes.
- 2) *Incentivo a criação de áreas de concentração temáticas*: os PPGs devem fortalecer e ou criar áreas de concentração nos temas relativos aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) proposto pela Organização da Nações Unidas (ONU); que tenham inter e multidisciplinaridade; bem como inserção social (transferência de conhecimento e tecnologia) e inovação.
- 3) *Internacionalização*: será incentivada a ampliação do programa institucional Capes/Print, aumento do número de discentes estrangeiros, dupla e múltipla titulação para os discentes da UFPE, aumento do número de professores estrangeiros e maior mobilidade acadêmica.
- 4) *Interação com a educação básica*: será incentivada a formação de professores a partir da parceria com municípios no interior do estado de Pernambuco, cursos de pós-graduação prezando pela inter e multidisciplinaridade e transferência de conhecimento e tecnologia para a área de educação.

- 5) *Formação de pessoal*: será incentivada a formação de recursos humanos para atuar no setor público e privado, favorecendo o fortalecimento da competitividade da economia, para atender às necessidades do mercado de trabalho e de empresas privadas, formar quadros para as burocracias públicas, prestar serviços para o Estado, dentre outras. Também será incentivado o Doutorado Direto e a formação de pessoal para atuar no terceiro setor.
- 6) *Autoavaliação*: será incentivada a adoção do processo de autoavaliação entre os programas de pós-graduação da UFPE de forma a possibilitar uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão. Possibilitando ajustes ao longo do caminho. A Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação consiste em um processo interno de avaliação participativa, que objetiva o aperfeiçoamento contínuo das ações do Programa voltadas à Formação, Pesquisa, Transferência de Conhecimento/Inovação, Internacionalização/Inserção Regional e Impacto na Sociedade, sendo essas as dimensões avaliativas e estabelecidas pela CAPES.
- 7) *Fusão de Programas de Pós-graduação*: O grande número de programas de pós-graduação com conceito 3 em consecutivas avaliações justificam as ações que implicam na fusão de programas. O processo será institucional, e os programas identificados neste contexto serão procurados para discutir e elaborar conjuntamente o modelo de fusão.
- 8) *Redução das assimetrias*: Os programas dos Centros do interior (CAV e CAA) receberão suporte diferenciado para que aumentem o conceito na avaliação quadrienal da CAPES, assim como aumentem o quantitativo de bolsas de mestrado e doutorado, a partir do apoio da FACEPE, e tenham ainda um suporte diferenciado para os recursos destinados à pesquisa.
- 9) *Criação de novos cursos de especialização*: Através de parcerias regionais, nacionais e internacionais, serão

incentivados novos cursos de especialização, tanto presencial quanto à distância. Será também incentivada a criação de cursos de residência tecnológica.

- 10) *Criação de novos cursos de mestrado e doutorado profissionais*: A UFPE tem um número reduzido de cursos de pós-graduação na categoria profissional. Desta forma, será incentivada a criação de novos cursos em parceria com a AMUPE, UNDIME, interação com empresas e indústrias e com órgãos públicos.
- 11) *Criação de Doutorado Multicêntrico Internacional*: Será incentivada a criação de um Doutorado Multicêntrico a partir da institucionalização das parcerias internacionais com países do eixo sul-sul.
- 12) *Ampliar o número de cursos de Residência Médica e Multiprofissional*: Será incentivada a criação de novos cursos de residência tanto no campus Recife quanto nos Centros do interior (CAV e CAA).

Impacto na Sociedade

A avaliação de impacto resultante das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos programas de pós-graduação, pode ser dado, entre outros exemplos, pelas iniciativas de premiação por entidades de classe. Portanto, uma das perguntas chave deve ser “que benefícios os produtos e serviços gerados pela pós-graduação trazem para a sociedade, ou seja, extramuros à academia”?

A ideia de avaliação de impactos na sociedade parte, em sua origem, da avaliação dos efeitos de programas de desenvolvimento sobre o meio ambiente, tendo derivado para outras áreas e se ramificado de modo amplo e diferenciado. A literatura sobre os importantes impactos da produção das humanidades é recente, e precisa ser matéria de um investimento específico, já que em muitos casos estas áreas do conhecimento são as que efetivamente se mostram mais propensas a interagir para fora dos espaços específicos de produção científica.

Portanto, é recomendado que os docentes e discentes idealizem que suas pesquisas possam apresentar resultados importantes e que venham a gerar impactos expressivos na sociedade, e das mais variadas formas (econômico, saúde, ensino, aprendizagem, cultural, ambiental, científico, bem-estar social, etc). Para que uma saída da pós-graduação possa gerar impacto na sociedade, ela necessita resultar num conjunto de benefícios percebidos pelos utilizadores, ou seja, satisfazer duas condições simultâneas: 1) deve ser percebida como algo relevante, preenchendo uma lacuna e solucionando problemas; 2) apresentar resultados (sob a forma de ideias, produtos e serviços) com desempenho satisfatório.

É premissa de que uma saída da pós-graduação para a solução de alguma necessidade só vai gerar impacto, quando agregar valor para a sociedade. O PIPG irá incentivar os programas de pós-graduação para que passem a utilizar a prática de realizar avaliação de impacto e relevância econômica e social dos seus projetos e produtos. Assim, a UFPE estará contribuindo com o desenvolvimento e bem estar da sociedade.

Inovação e Transferência de Conhecimento

A inovação consiste na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos. Ou ainda, quando resulta na agregação de novas funcionalidades ou características ao produto, serviço ou processo já existente, que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. Pode ser classificada em Inovação radical ou disruptiva, Inovação incremental, e Inovação em Tecnologia Social.

Por outro lado, a transferência do conhecimento, no contexto da pós-graduação, é definida como transmissão, absorção e uso do conhecimento. Assim, refere-se à transferência de conhecimento da instituição de ensino para organizações públicas ou privadas, principalmente nas dimensões socioculturais, econômicas e ambientais, com foco na produção tecnológica, e visando o avanço do conhecimento. O presente PIPG irá incentivar os PPGs da UFPE para que desenvolvam projetos e pesquisas que sejam inovadores, possibilitando a transferência do conhecimento para a Sociedade.

Implantação de políticas de ações afirmativas na pós-graduação

Será implantada a comissão de ações afirmativas para a pós-graduação da UFPE que irá elaborar a resolução que trata de cotas para negros (pardos e pretos), indígenas, quilombolas e portadores de deficiência. Em 11 de maio de 2016, o Ministério da Educação (MEC) publicou uma norma (Portaria Normativa nº 13/2016), estabelecendo que as instituições federais de ensino superior deveriam apresentar propostas sobre a inclusão de pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência em seus cursos de mestrado e doutorado. Atualmente, apenas 9 cursos de pós-graduação da UFPE adotam espontaneamente a política de cotas em seus processos seletivos.

Política de incentivo a novos docentes para entrada em programas de pós-graduação

A UFPE irá incentivar a entrada de novos docentes em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. As ações de incentivo respeitam a participação como docente temporário nos PPGs podendo concorrer em editais de auxílio à pesquisador, editais de pesquisa e auxílio à publicação. Atualmente, cerca de 60% dos docentes da UFPE estão inseridos em programas de pós-graduação. É esperado que este percentual chegue a 70% nos próximos anos.

Criação de Secretarias Gerais de Pós-Graduação em cada Centro Acadêmico da UFPE

A UFPE irá incentivar a criação da Secretaria Geral de Pós-Graduação nos Centros Acadêmicos de forma a congregar as atividades de secretaria a partir de duas ações: escolaridade e acadêmica. As ações de escolaridade respeitam ao acompanhamento discente desde o processo de seleção até a emissão de diplomas. As ações acadêmicas respeitam ao suporte no processo de avaliação, normas e regimentos e preenchimento da plataforma sucupira. Atualmente, apenas dois Centros Acadêmicos atuam com Secretaria Geral de Pós-Graduação: o CAV e o Cin.

Criação de novos Programas de Pós-graduação e Cursos de Especialização

Serão apoiados cursos novos de pós-graduação *Stricto Sensu* na modalidade profissional a partir da colaboração e parceria com municípios, agências federais, com o Governo do Estado, o setor empresarial e o terceiro setor. A elaboração de tais programas deverá ser precedida de demanda e seguir as prioridades definidas pela UFPE, necessariamente amparados por recursos de abertura e manutenção do referido curso. Desta forma, a pós-graduação irá atuar na formação complementar para professores da educação básica, particularmente no ensino fundamental.

Será fortemente incentivada a abertura de novos cursos de especialização, presenciais ou à distância, principalmente em regiões do interior do estado de Pernambuco. Da mesma forma, será incentivada a abertura de cursos de especialização em parceria com instituições internacionais.

PARTE II

- **Planejamento Estratégico**

O planejamento estratégico da Pós-graduação deve definir ações que vão integrar a agenda institucional: 1 - induzir o crescimento de PPGs para reduzir as assimetrias com investimento nos Centros Acadêmicos de Vitória e Caruaru; 2 - estabelecimento de programas estratégicos e 3 - integrar a pesquisa com políticas públicas à médio e longo prazo. Ademais, será necessário institucionalizar parcerias, criar articulação com o Governo do Estado, com a FACEPE, com o setor privado e recursos adicionais via editais internacionais.

Por outro lado, será incentivado a criação de redes de pós-graduação e de pesquisa, a exemplo do RENORBIO, assim como programas multicêntricos para abertura de cursos de Doutorado.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE (2019 - 2023)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma exigência legal instituída pelo Decreto N° 5.773, de 9 de maio de 2006, artigos 15 e 16, como documento que reúne elementos do planejamento estratégico das instituições de ensino superior para um horizonte de atuação de 5 anos. Estão incluídos no PDI elementos tradicionais de planejamento, como a missão, visão e valores além de elementos específicos para instituições de ensino, como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O PIPG foi elaborado a partir do terceiro PDI da UFPE, para o período 2019/ 2023, elaborado de acordo com as normativas mais recentes - em particular, o Decreto N° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, artigos 20 e 21. O PDI contém 21 objetivos, 94 ações com seus respectivos indicadores e metas.

A Tabela 4 apresenta os 21 objetivos do PDI-UFPE. O **PLANO ESTRATÉGICO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPE** apresenta 6 objetivos, 8 ações com seus respectivos indicadores e metas (Tabela 5).

Tabela 4. Quantidade de ações previstas para o PDI (2019-2023) segundo os objetivos estratégicos.

Objetivos Estratégicos		Quantidade de Ações
01	Adotar novas práticas pedagógicas para formação acadêmica	2
02	Expandir e consolidar cursos de graduação, pós-graduação e da educação básica	4
03	Reduzir a evasão e retenção nos cursos de graduação e pós-graduação	4
04	Ampliar a integração da universidade com outros setores da sociedade, dentro de um programa de ensino, pesquisa, extensão, cultura, empreendedorismo e inovação	12
05	Consolidar e expandir a interiorização	2
06	Expandir e consolidar a internacionalização	6
07	Aprimorar a governança e gestão institucional	11
08	Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social	3
09	Implantar uma política de valorização, preservação e acesso à cultura	2
10	Implantar uma política de planejamento e avaliação (interna e externa), em todas as instâncias.	4
11	Redefinir a política de gestão de pessoal (docentes e técnicos)	8
12	Ampliar a educação aberta e digital	4
13	Aprimorar a governança de TI e a gestão de TI	7
14	Promover ações que impulsionam políticas propositivas para a pesquisa e a pós-graduação	2
15	Consolidar a segurança institucional	4
16	Oferecer condições de acesso, permanência e conclusão exitosa da formação acadêmica dos estudantes	4
17	Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física garantindo a acessibilidade com eficácia	5
18	Desenvolver e implantar aplicativos e sistemas integrados de informação e comunicação que abranjam todas as áreas da instituição	2
19	Fortalecer a comunicação institucional e a comunicação pública	4
20	Aperfeiçoar a gestão da informação, promovendo a transparência, a qualidade da informação e a produção do conhecimento.	3
21	Captar recursos externos para implementar as ações estratégicas	1

Tabela 5. Quantidade de ações da pós-graduação a partir dos objetivos estratégicos do PDI.

Objetivos Estratégicos		Quantidade de Ações da Pós-graduação
02	Expandir e consolidar cursos de graduação, pós-graduação e da educação básica	2
05	Consolidar e expandir a interiorização	2
06	Expandir e consolidar a internacionalização	1
08	Promover uma política de sustentabilidade e responsabilidade social	1
12	Ampliar a educação aberta e digital	1
14	Promover ações que impulsionam políticas propositivas para a pesquisa e a pós-graduação	1

A Tabela 6 apresenta os objetivos estratégicos da pós-graduação, as ações do PDI, seus indicadores e metas para os anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

Tabela 6. Objetivos estratégicos, ações do PDI, indicadores e metas (2021 - 2025)

Objetivos Estratégicos	Ações do PDI	Indicadores	METAS				
			2021	2022	2023	2024	2025
05. CONSOLIDAR E EXPANDIR A INTERIORIZAÇÃO	Estimular elaboração de projetos de cursos de pós graduação nos campi do interior	Nº de projetos de cursos elaborados	3	4	4	4	4
05. CONSOLIDAR E EXPANDIR A INTERIORIZAÇÃO	Criar novos cursos	Nº de cursos lato sensu e stricto sensu criados por ano	2	3	3	3	3
12. AMPLIAR A EDUCAÇÃO ABERTA DIGITAL	Criar cursos de pós graduação em EAD (dependendo da	Quantidade de projetos elaborados e submetidos à CAPES	2	2	4	4	4

	regulamentação da portaria publicada em dezembro/2018).							
14. PROMOVER AÇÕES QUE IMPULSIONEM POLÍTICAS PROPOSITIVAS PARA A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO	Aperfeiçoar a política de contratação de professor visitante	Nº de professor visitante	16	16	16	16	16	16
02. EXPANDIR E CONSOLIDAR CURSOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Investir na qualidade da Pós-Graduação, diminuir a endogenia e reduzir assimetrias	Nº de ações desenvolvidas por ano	8	8	8	8	8	8
08. PROMOVER UMA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL	Elaborar projetos de pesquisa Institucionais com a temática Sustentabilidade	Nº de Projetos realizados por ano	4	4	4	4	4	4
02. EXPANDIR E CONSOLIDAR CURSOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Executar ações de indução estratégica para expansão dos Programas de Pós-Graduação	Nº de cursos contemplados pelas ações por ano	50	50	50	50	50	50
06. EXPANDIR E CONSOLIDAR A INTERNACIONALIZAÇÃO	Elaborar políticas institucionais de internacionalização	Nº de Programas de Pós Graduação com ações definidas de internacionalização por ano	95	95	95	95	95	95



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Setor Monitorado: PROPG
Atualização da planilha: 21/12/2021
Monitoramento Realizado em:

Responsável: CAROL LEANDRO

MONITORAMENTO - PLANO DE AÇÃO INSTITUCIONAL										
Atividade	Unidade Responsável	PREVISTO		REALIZADA		STATUS	JUSTIFICATIVA PARA OS ATRASOS OCORRIDOS			
		Início	Fim	Início	Fim		Problema	Ação Corretiva	Responsável	
1	Elaborar projeto de cursos de pós graduação lato sensu - CAV - E	DPGL	04/01/2021	31/03/2021			Concluída			
2	Elaborar projeto de curso de pós graduação lato sensu - CAA	DPGL	04/01/2021	31/03/2021			Concluída			
3	Elaborar projeto de cursos de doutorado strito sensu - CAV - Nu	DPGS	02/10/2021	29/12/2021			Concluída			
4	Criar curso de pós graduação lato sensu - CAV - Educação Física	DPGL	01/04/2021	01/09/2021			A iniciar			
5	Criar curso de pós graduação lato sensu - CAA	DPGL	01/04/2021	01/09/2021			A iniciar			
6	Elaborar projeto de curso de pós graduação EAD - Administração	DPGL	01/04/2021	01/09/2021			A iniciar			
7	Elaborar projeto de curso de pós graduação EAD strito sensu - M	DPGL	02/08/2021	15/12/2021			A iniciar			
8	Publicar Edital de Professor visitante	DPGS	01/04/2021	30/06/2021			A iniciar			
9	Publicar edital de auxílio a pesquisador com prioridade para curs	DPGS	01/04/2021	30/06/2021			A iniciar			
10	Realizar Seminário sobre Internacionalização para os Programas	DPGS	02/08/2021	29/10/2021			A iniciar			
11	Realizar Seminário sobre autoavaliação	DPGS	01/09/2021	30/11/2021			A iniciar			
12	Publicar edital de auxílio a publicação dos cursos do interior	DPGS	01/04/2021	30/06/2021			A iniciar			
13	Publicar edital de auxílio a publicação dos cursos com baixo PRO	DPGS	01/04/2021	30/06/2021			A iniciar			
14	Realizar workshop sobre "Como elaborar um curso de especializ	DPGL	04/01/2021	31/03/2021			A iniciar			
15	Realizar Seminário Integrado dos cursos de residência da UFPE	DPGL	02/08/2021	15/12/2021			A iniciar			
16	Realizar seminário sobre Fusão de Programas	DPGS	03/05/2021	01/10/2021			A iniciar			
17	Realizar workshop de preenchimento da SUCUPIRA	DPGS	01/02/2021	31/03/2021			A iniciar			
18	Incentivar os PPGs a ofertarem uma disciplina transversal com b	DPGS	01/04/2021	29/12/2021			A iniciar			
19	Realizar um Seminário Internacional com temáticas relacionadas	DPGS	01/04/2021	29/12/2021			A iniciar			
20	Incentivar cursos de especialização com temáticas relacionadas	DPGL	01/04/2021	29/09/2021			A iniciar			
21	Realizar projetos de criação de cursos de pós-graduação lato ser	DPGL	01/10/2021	29/12/2021			A iniciar			
22	Formalizar convênio com Dalhousie University Canada	DPGS	01/09/2021	29/10/2021			A iniciar			
23	Formalizar convênio com Université de Lyon	DPGS	01/09/2021	29/10/2021			A iniciar			
24	Definir as políticas para pagamento de cursos de especialização	DPGL	01/04/2021	30/06/2021			A iniciar			

Referências

1. Hostins RCL (2006) Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva* **24**, 133-160.
2. Saviani D (2000) A Pós Graduação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. *Revista Diálogo Educacional* **1**, 1-19.
3. CAPES (2010) Plano Nacional de Pós-graduação Vol 1. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>.
4. 2011-2020 CEDADP (2020) Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 - Modelo Multidimensional. CAPES.
5. Marília Fonseca DMdF (2016) A gestão acadêmica da pós-graduação lato sensu: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. *Educ Pesqui, São Paulo* **42**, 151-164.
6. Maria Martins Alessio MFdS (2016) Regulação da formação de especialistas: inter-relações com o Programa Mais Médicos. *Revista de Saúde Coletiva* **26**, 633-667.
7. Soraya Diniz Rosa REL (2010) Residência multiprofissional em saúde e pós-graduação Lato Sensu no Brasil: apontamentos históricos. *Trabalhos em Educação e Saúde* **7**, 479-498.